



São Martinho S.A.

**Reapresentação das informações trimestrais
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2010 e relatório de revisão dos
auditores independentes**

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (da controladora e do consolidado) da São Martinho S.A. (a “Companhia”) e de suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais da controladora, acima referidas, para que estas estejam de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, aplicável à preparação das Informações Trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 4 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais consolidadas, acima referidas, para que estas estejam de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Demonstração Financeira Intermediária, emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board, aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 5 Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à preparação de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Martinho S.A.

- 6 Conforme mencionado na Nota 2.1(b), a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Deliberação CVM nº 603/09, facultou que as companhias apresentassem suas Informações Trimestrais durante o exercício social findo em 31 de março de 2011 com base nas normas contábeis vigentes até 31 de março de 2010, desde que posteriormente essas Informações Trimestrais fossem reapresentadas, incluindo cifras comparativas, para atendimento às novas normas. Nestes termos, as presentes Informações Trimestrais - ITR diferem das originalmente divulgadas pela Companhia.

Ribeirão Preto, 15 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

São Martinho S.A.

Balanços patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010			31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	124.603	24.200	249.655	130.634	Empréstimos e financiamentos	16	157.730	87.811	219.435	326.746
Contas a receber de clientes	7	59.313	10.956	77.082	41.628	Instrumentos financeiros derivativos	28	64.593		64.593	
Instrumentos financeiros derivativos	28	13.204	32.219	13.204	58.404	Fornecedores	17	109.622	16.985	131.681	74.172
Estoques	8	299.560	22.525	357.877	105.069	Obrigações - Copersucar	18	2.040	589	2.203	2.203
Tributos a recuperar	9	15.204	10.774	38.228	59.748	Salários e contribuições sociais		32.147	9.036	37.654	41.546
Dividendos a receber			10.329			Tributos a recolher		17.463	3.005	19.652	16.602
Imposto de renda e contribuição social	24	2.316	5.002	6.087	12.026	Partes relacionadas	10	296	3.944	199	123
Outros ativos	11	6.890	1.449	8.287	6.086	Dividendos a pagar			6.469		6.469
		521.090	117.454	750.420	413.595	Adiantamentos de clientes		3.621	421	5.223	439
						Outros passivos	20	23.408	1.855	23.800	12.914
								410.920	130.115	504.440	481.214
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	364.735	46.910	609.084	628.393
Partes relacionadas	10	4.115	9.118	554	211	Obrigações - Copersucar	18	188.456	51.229	194.394	194.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	99.952	51.005	145.162	148.038	Tributos parcelados	19	51.533	14.371	52.779	47.213
Contas a receber - Copersucar		4.023	1.073	4.149	4.020	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	460.121	277.106	815.370	843.762
Tributos a recuperar	9	15.088	6.195	34.132	47.390	Provisão para contingências	27	56.780	17.423	61.589	67.889
Depósitos judiciais	27	29.514	5.624	31.232	28.580	Outros passivos	20	10.988	1.454	11.052	15.539
Outros ativos	11	3.723	3.434	5.154	3.731			1.132.613	408.493	1.744.268	1.796.838
		156.415	76.449	220.383	231.970						
Investimentos	12	1.181.535	1.371.773			Patrimônio líquido	21				
Ativos biológicos	13	300.135	89.693	380.531	461.952	Capital social		455.900	360.000	455.900	360.000
Imobilizado	14	1.276.496	792.422	2.788.683	3.042.759	Ajustes de avaliação patrimonial		1.290.949	1.403.668	1.290.949	1.403.668
Intangível	15	35.309	208	36.138	37.167	Reservas de lucros		113.893	218.631	113.893	218.631
		2.949.890	2.330.545	3.425.735	3.773.848	Ações em tesouraria		(1.899)	(1.899)	(1.899)	(1.899)
						Lucros (prejuízos) acumulados		68.604	(71.009)	68.604	(71.009)
								1.927.447	1.909.391	1.927.447	1.909.391
Total do ativo		3.470.980	2.447.999	4.176.155	4.187.443	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.470.980	2.447.999	4.176.155	4.187.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado Trimestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora			
		31/12/2010		31/12/2009	
		Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Receitas	30	161.860	326.504	79.233	206.974
Custo dos produtos vendidos	31	(104.444)	(215.890)	(66.985)	(192.608)
Lucro bruto		57.416	110.614	12.248	14.366
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(6.226)	(12.739)	(1.718)	(7.869)
Despesas gerais e administrativas	31	(13.183)	(26.740)	(5.920)	(17.414)
Resultado de equivalência patrimonial	12	37.491	80.670	30.247	101.892
Outras receitas (despesas), líquidas	32	6.190	6.839	(7.129)	(5.985)
		24.272	48.030	15.480	70.624
Lucro operacional		81.688	158.644	27.728	84.990
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		5.829	9.358	6.146	11.800
Despesas financeiras		(14.222)	(22.105)	(24.400)	(49.306)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		6.760	4.989	34	9.017
		(1.633)	(7.758)	(18.220)	(28.489)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		80.055	150.886	9.508	56.501
Imposto de renda e contribuição social	24(b)				
Do período corrente		(9.300)	(17.683)	847	
Diferidos		(1.090)	(2.790)	8.784	17.997
Lucro líquido do período		69.665	130.413	19.139	74.498
Lucro básico e diluído por ação	34	0,62	1,16	0,17	0,66

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado Trimestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		31/12/2010		Consolidado	
		(9 meses)		31/12/2009	
	Nota	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre
		(9 meses)	(9 meses)	(9 meses)	(9 meses)
Receitas	30	390.285	1.014.488	324.157	827.909
Custo dos produtos vendidos	31	(264.580)	(691.389)	(238.728)	(646.460)
Lucro bruto		125.705	323.099	85.429	181.449
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(18.072)	(50.826)	(13.196)	(47.155)
Despesas gerais e administrativas	31	(25.449)	(81.208)	(19.795)	(67.270)
Outras receitas (despesas), líquidas	32	14.606	16.908	(3.344)	(2.124)
		(28.915)	(115.126)	(36.335)	(116.549)
Lucro operacional		96.790	207.973	49.094	64.900
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		11.030	22.417	12.111	52.796
Despesas financeiras		(26.020)	(76.825)	(53.325)	(110.020)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		3.579	21.901	6.478	92.584
		(11.411)	(32.507)	(34.736)	35.360
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		85.379	175.466	14.358	100.260
Imposto de renda e contribuição social	24(b)				
Do trimestre		(18.211)	(51.986)	(260)	(8.691)
Diferidos		2.497	6.933	5.196	(14.752)
Lucro líquido do período		69.665	130.413	19.294	76.817
Atribuível a					
Acionistas da Companhia					74.498
Participação dos não controladores					2.319
					76.817

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial									Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Deemed cost			Resultado com derivativos - hedge accounting		Reservas de lucros			Ações em tesouraria		
		Próprio	De investidas	Próprio	De investidas	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais				
Em 1º de abril de 2010	360.000	423.429	934.418	25.458	20.363	9.731	200.062	8.838	(1.899)	(71.009)	1.909.391	
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	21(c)	(11.887)	(16.871)							28.758		
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	21(c)			(64.102)	(20.363)						(84.465)	
Aumento de capital com reserva	21(d)	95.900					(95.900)					
Incorporação de <i>deemed cost</i> da USM	1.6		105.694	(105.694)								
Ajuste pela redução de participação em investida				504							504	
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	21(e)							(8.838)			(8.838)	
Lucro líquido do período										130.413	130.413	
Distribuição de juros sobre capital próprio	21(e)									(19.558)	(19.558)	
Em 31 de dezembro de 2010	<u>455.900</u>	<u>517.236</u>	<u>812.357</u>	<u>(38.644)</u>	<u></u>	<u>9.731</u>	<u>104.162</u>	<u></u>	<u>(1.899)</u>	<u>68.604</u>	<u>1.927.447</u>	

Atribuível aos acionistas da controladora

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial					Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Deemed cost		Reservas de lucros							
		Próprio	De investidas	Legal	Orçamento de capital						
Em 1º de abril de 2009	360.000	437.094	961.913	5.079	95.923	(1.899)	(73.283)	1.784.827	13.833	1.798.660	
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	21(c)	(10.406)	(18.220)				28.626				
Ajuste pelo aumento de participação em investimento	1.2		(136)					(136)	(16.152)	(16.288)	
Lucro líquido do período							74.498	74.498	2.319	76.817	
Distribuição de juros sobre capital próprio	21(e)						(18.331)	(18.331)		(18.331)	
Em 31 de dezembro de 2009	<u>360.000</u>	<u>426.688</u>	<u>943.557</u>	<u>5.079</u>	<u>95.923</u>	<u>(1.899)</u>	<u>11.510</u>	<u>1.840.858</u>	<u></u>	<u>1.840.858</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Trimestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	69.665	130.413	19.139	74.498
Ajustes				
Depreciação e amortização	30.048	40.690	10.245	29.680
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	8.536	45.263	12.854	37.241
Variação no valor justo de ativos biológicos	3.441	5.641	6.416	20.097
Resultado de equivalência patrimonial	(37.491)	(80.670)	(30.247)	(101.892)
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	(8.533)	(8.533)		
Custo residual de investimento e imobilizado baixados	92	1.485	167	335
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	5.444	12.568	16.163	6.548
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas	(1.726)	(689)	44	733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.090	2.790	(8.784)	(17.997)
Parcelamento - Lei 11941			5.358	5.358
Ajuste a valor presente e outros	397	1.566	686	1.481
	<u>70.963</u>	<u>150.524</u>	<u>32.041</u>	<u>56.082</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(19.509)	(21.959)	15.551	(7.072)
Estoques	25.457	(5.849)	6.693	(15.341)
Tributos a recuperar	7.141	9.393	563	(925)
Partes relacionadas	1.265	(4.425)	(20.766)	11.905
Outros ativos	232	(1.479)	(733)	4.770
Fornecedores	(44.630)	(35.713)	(1.253)	4.009
Salários e contribuições sociais	(8.924)	(7.175)	(3.994)	(47)
Tributos a recolher	2.513	3.527	1.467	488
Impostos parcelados	784	(68)	(161)	(820)
Provisão para contingências - liquidações	(240)	(5.551)	(110)	(908)
Outros passivos	(3.466)	1.743	5.076	(338)
Caixa proveniente das operacionais	<u>31.586</u>	<u>82.968</u>	<u>34.374</u>	<u>51.803</u>
Juros pagos	(3.990)	(8.583)	(1.135)	(7.452)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.210)	(2.214)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>25.386</u>	<u>72.171</u>	<u>33.239</u>	<u>44.351</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	410	410		
Adições ao imobilizado e intangível	(19.917)	(27.948)	(6.107)	(13.309)
Adições aos ativos biológicos (plântio e tratos)	(23.450)	(46.476)	(12.482)	(36.538)
Recebimento de recursos em partes relacionadas - mútuo		3		
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada - USM	65.004	65.004		
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	15.680	119.576	11.965	11.965
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>37.727</u>	<u>110.569</u>	<u>(6.624)</u>	<u>(37.882)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos financeiros derivativos	(7.803)	(13.921)	1.073	(66)
Captação de financiamentos - terceiros	15.004	50.426	36.424	113.973
Amortização de financiamentos - Copersucar	(806)	(1.734)	(427)	(6.887)
Amortização de financiamentos - terceiros	(30.754)	(82.243)	(13.132)	(64.571)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(19.558)	(34.865)	(18.331)	(18.331)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(43.917)</u>	<u>(82.337)</u>	<u>5.607</u>	<u>24.118</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.196</u>	<u>100.403</u>	<u>32.222</u>	<u>30.587</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>105.407</u>	<u>24.200</u>	<u>27.041</u>	<u>28.676</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>124.603</u>	<u>124.603</u>	<u>59.263</u>	<u>59.263</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Trimestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	69.665	130.413	19.294	76.817
Ajustes				
Depreciação e amortização	52.055	74.367	41.764	115.393
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	44.972	184.408	48.452	133.980
Varição no valor justo de ativos biológicos	10.248	27.352	1.759	301
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	(24.666)	(24.666)		
Custo residual de investimento e imobilizado baixados	750	4.390	1.326	1.710
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	23.275	50.096	33.664	(51.357)
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas	(3.226)	1.511	458	5.006
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.497)	(6.933)	(5.196)	14.752
Parcelamento - Lei 11941			(3.659)	(3.659)
Provisão para perdas na realização dos estoques	1.009	2.201		(6.313)
Ajuste a valor presente e outros	(483)	(1.238)	1.409	4.234
	<u>171.102</u>	<u>441.901</u>	<u>139.271</u>	<u>290.864</u>
Varições nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(11.791)	(42.483)	9.047	(17.835)
Estoques	10.971	(196.871)	(2.803)	(78.794)
Tributos a recuperar	21.969	26.429	1.887	(5.295)
Partes relacionadas	(383)	(688)	282	135
Outros ativos	994	(6.717)	1.492	20.674
Fornecedores	(4.106)	57.596	(13.476)	14.849
Salários e contribuições sociais	(5.160)	502	(13.403)	(1.799)
Tributos a recolher	(1.126)	14.010	4.853	12.264
Impostos parcelados	2.926	1.740	46	(1.149)
Provisão para contingências - liquidações	(2.569)	(14.554)	(2.018)	(6.146)
Outros passivos	(15.681)	11.831	13.018	6.164
Caixa proveniente das operacionais	<u>167.146</u>	<u>292.696</u>	<u>138.196</u>	<u>233.932</u>
Juros pagos	(12.289)	(39.528)	(18.324)	(61.239)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.833)	(14.859)	(5.090)	(10.408)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>147.024</u>	<u>238.309</u>	<u>114.782</u>	<u>162.285</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	410	410	(22.460)	(22.460)
Adições ao imobilizado e intangível	(61.836)	(130.180)	(8.964)	(67.483)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(62.140)	(171.583)	(52.478)	(172.393)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa por redução na participação na NF	143.165	143.165		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>19.599</u>	<u>(158.188)</u>	<u>(83.902)</u>	<u>(262.336)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos financeiros derivativos	(14.812)	(42.206)	6.815	(10.313)
Captação de financiamentos - terceiros	127.851	565.492	295.930	560.178
Amortização de financiamentos - Copersucar	(1.333)	(4.287)	(1.369)	(25.088)
Amortização de financiamentos - terceiros	(225.767)	(445.579)	(300.655)	(464.053)
Captação (pagamento) de recursos de partes relacionadas - mútuo	(30)	(103)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	295	448		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(19.558)	(34.865)	(18.331)	(18.331)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(133.354)</u>	<u>38.900</u>	<u>(17.610)</u>	<u>42.393</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>33.269</u>	<u>119.021</u>	<u>13.270</u>	<u>(57.658)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>216.386</u>	<u>130.634</u>	<u>119.135</u>	<u>190.063</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>249.655</u>	<u>249.655</u>	<u>132.405</u>	<u>132.405</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações gerais

A São Martinho S.A. (“Companhia”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 67% (59% no consolidado) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 33% (41% no consolidado) de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e álcool.

A comercialização de açúcar e álcool (etanol) é realizada por intermédio de um consórcio firmado com a USJ Açúcar e Álcool S.A. (“USJ”) e com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) denominado Consórcio Allicom. Os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações do consórcio são suportados pelos consorciados proporcionalmente à sua participação percentual no volume comercializado através da Allicom.

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas:

- Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Vale do Mogi”), atual denominação social da Usina São Martinho S.A. (“USM”);
- Nova Fronteira Bioenergia S.A. (“NF”);
- Omtex Indústria e Comércio Ltda. (“Omtex”);
- SMA Indústria Química S.A. (“SMA”); e
- Usina Santa Luiza S.A. (“USL”)

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia tem como principais acionistas as seguintes *holdings* familiares, com as correspondentes participações no capital votante: João Ometto Participações S.A. (25,23%); Luiz Ometto Participações S.A. (25,23%) e Nelson Ometto Participações S.A. (10,76%). Contudo, não há acordo formal de acionistas.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2011.

1.2 Aquisição, pela USM, da participação da Mitsubishi Corporation na UBV

Em 24 de novembro de 2009, a USM adquiriu junto a Mitsubishi Corporation (“MC”) 24.199.999 ações ordinárias da UBV (equivalentes a 10% do capital da mesma), elevando sua participação no capital social da UBV para 51,55%, 100% no consolidado do Grupo, pelo montante total de R\$ 24.329, sendo R\$ 7.036 na assinatura do contrato e R\$ 17.293 pelo prazo de 5 anos. Nesta ocasião, o Grupo deixou de ter a participação de “não controladores” em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O referido saldo a pagar terá incidência de variação cambial do dólar norte-americano e juros de, aproximadamente, 3% ao ano.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Acordo para criação de *joint venture* com a *Amyris Biotechnologies*

Em 14 de abril de 2010, a USM anunciou um acordo com a *Amyris Biotechnologies* e sua subsidiária brasileira *Amyris Brasil* para a criação de uma *joint venture* objetivando operações no mercado de especialidades químicas e biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar em 2012, utilizando a tecnologia *Amyris*. A empresa SMA Indústria Química S.A. foi constituída para esse propósito.

O início da construção da planta química está sujeito a obtenção de licenças ambientais necessárias e outras condições a serem realizadas até 31 de março de 2011.

1.4 Constituição e aumento de capital social da NF

Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por meio da sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. Com o acordo, foi constituída uma nova sociedade, a NF, que compreendeu os ativos das subsidiárias Usina Boa Vista S.A. ("UBV") e SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ"), com participação de 51% da Companhia, e de 49% da PBio. O objetivo é elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("greenfield") SMBJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade.

Em conexão com o acordo acima mencionado, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 427.040, mediante a subscrição de 427.039.541 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada ser de R\$ 427.040. A integralização ocorreu mediante conferência da totalidade de ações ordinárias nominativas das empresas UBV e SMBJ, sendo R\$ 111.355 pela Companhia e R\$ 315.684 pela USM.

Adicionalmente, a Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado novo aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,025788, passando o capital social da controlada ser de R\$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da Companhia o direito de preferência no aumento de capital, sendo a parcela do capital social exercida por estes de 405.308 ações no montante de R\$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R\$ 420.458 foram subscritas pela PBio, sendo R\$ 257.423 integralizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$ 163.035 que serão integralizados até 31 de dezembro de 2011.

Devido aos acionistas minoritários terem exercido seu direito na subscrição de ações da NF, para atendimento ao acordo realizado entre a Companhia e a PBio no tocante a esta possuir 49% do capital social do investimento, em 21 de dezembro de 2010 a Companhia vendeu para a PBio 405.308 ações ordinárias pelo montante de R\$ 416. Após a alienação, a participação no capital social subscrito da NF passou a ser de 50,95% para a Companhia, 49% para a PBio e 0,05% para os acionistas minoritários.

Com a redução de participação da Companhia na NF, o saldo consolidado que em 30 de setembro de 2010 contemplava a participação de 100%, em 31 de dezembro de 2010 passou a contemplar a participação de 62,89%, calculada com base no capital integralizado. Adicionalmente, a referida integralização por parte da PBio e a alienação de ações aos acionistas minoritários geraram ganho de capital líquido para a Companhia e para o consolidado, nos montantes de R\$ 8.533 e R\$ 24.666, respectivamente, os quais foram registrados diretamente no resultado do período, como "Outras receitas, líquidas", por terem sido caracterizados como ganho na perda parcial de controle no âmbito de constituição de *joint venture* com contribuição de ativos, conforme interpretação da norma internacional SIC 13 - "*Jointly controlled entities - non-monetary contributions by venturers*", com essência comercial.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.5 Cisão total da Mogi Agrícola S.A. (“Mogi”)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovada cisão total dos ativos e passivos da Mogi Agrícola S.A., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de setembro de 2010, firmado por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido por seus acionistas, a USM (atualmente Vale do Mogi) e a ARDR - Agro São José Ltda. (“ARDR”). O acervo líquido cindido, bem como a parcela incorporada pela USM, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)	Passivo	Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Fornecedores	2	2
Impostos a recuperar	7	7	Tributos a recolher	3	3
	<u>8</u>	<u>8</u>		<u>5</u>	<u>5</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	334	33			
Imobilizado	<u>57.139</u>	<u>26.416</u>			
Total do Ativo	<u><u>57.481</u></u>	<u><u>26.457</u></u>	Total do Passivo	<u><u>5</u></u>	<u><u>5</u></u>
Total do acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)					<u><u>26.452</u></u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.6 Cisão parcial da USM com versão do acervo líquido cindido para a Companhia

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada cisão parcial dos ativos e passivos da USM, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de outubro de 2010, firmado por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido pela Companhia. O objetivo da operação foi o de reorganizar as atividades operacionais das sociedades, concentrando na Companhia as atividades operacionais de industrialização, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, bem como a cogeração de energia elétrica, e na USM concentrar o acervo de imóveis (terras). A operação proporcionará maior eficiência das operações, especialmente no âmbito financeiro e fiscal, e a otimização do acesso a capitais, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade. Após a cisão parcial de seus ativos e passivos, a USM alterou sua denominação social para Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi"). O acervo líquido cindido pela USM e incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de novembro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	65.004	Empréstimos e financiamentos	101.506
Contas a receber de clientes	26.592	Instrumentos financeiros derivativos	15.856
Estoques	269.797	Fornecedores	120.878
Tributos a recuperar	10.480	Obrigações Copersucar	1.450
Outros ativos	3.960	Salários e contribuições sociais	30.775
	<u>375.833</u>	Tributos a recolher	10.164
		Outros passivos	<u>32.669</u>
Não circulante			<u>313.298</u>
Realizável a longo prazo		Não circulante	
Partes relacionadas	2.597	Empréstimos e financiamentos	330.146
IR e CS diferidos	49.864	Obrigações Copersucar	137.313
Tributos a recuperar	8.944	Impostos parcelados	35.806
Outros ativos	3.195	Tributos diferidos	204.226
	<u>64.600</u>	Provisão para contingências	20.541
		Outros passivos	<u>820</u>
Investimentos	303.759		
Ativos biológicos	214.376		
Imobilizado	492.510		
Intangível	35.157		
	<u>1.045.802</u>		
Total do Ativo	<u><u>1.486.235</u></u>	Total do Passivo	<u><u>1.042.150</u></u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u><u>444.085</u></u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas e individuais estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Informações trimestrais consolidadas e individuais

As informações trimestrais consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante o exercício findo em 31 de março de 2010, com aplicação a partir do exercício findo em 31 de março de 2011. As informações trimestrais contemplam os requerimentos de divulgação estabelecidos pela norma do Comitê de Pronunciamentos Técnicos ("CPC"), CPC 21 - Demonstração Intermediária, bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações trimestrais consolidadas também foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Padrões Internacionais de Informações trimestrais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

(b) Informações trimestrais do período anterior

Até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentava suas informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.641/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008, as quais incluíam a adoção dos CPC 01 ao 14.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e CVM 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos), os padrões internacionais e/ou as alterações nas práticas foram implementados retroativamente a 1º de abril de 2009. Dessa forma, as informações trimestrais consolidadas e individuais do período anterior, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de acordo com esses novos padrões para fins de comparação. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs e IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do período, estão descritas na Nota 39.5.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

(a) Informações trimestrais consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas.

(i) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dá pelos direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (Antiga USM) - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, co-geração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.6, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
UBV - participação de 48,45% no capital social em 31 de dezembro de 2009 (100% incluindo a participação da USM). A partir de setembro de 2010 essa investida passou a ser subsidiária integral da NF.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool e seus derivados, co-geração de energia elétrica e exploração agrícola.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Atividades principais
Omtek - participação de 49,78% até novembro de 2010 (100% incluindo a participação da USM) e 100% a partir de dezembro de 2010, e participação de 99,99% no capital social em 31 de dezembro de 2009 (100% incluindo a participação da USM).	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melaço de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.
NF - participação de 26,08% no capital social até outubro de 2010 (100% incluindo a participação da USM), 13,3% de participação em novembro de 2010 (51% incluindo a participação da USM) e 50,95% de participação em dezembro de 2010.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.

Abaixo, seguem as informações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto) pela controlada USM, até novembro de 2010:

- Mogi - 46,02% de participação no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31/03/2010</u>	
Ativo circulante		1
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo		529
Investimentos, imobilizado e intangível		<u>86.243</u>
Total do ativo		<u>86.773</u>
Passivo circulante		3
Patrimônio líquido		<u>86.770</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		
	<u>31/12/2010</u> (um mês)	<u>31/12/2009</u> (trimestre)
Receitas (despesas) operacionais	(29)	16
Lucro líquido (prejuízo) do período	(29)	16

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- USL - 41,67% de participação no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Ativo circulante	5.330	4.476
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	507	294
Investimentos, imobilizado e intangível	<u>6.862</u>	<u>7.310</u>
Total do ativo	<u>12.699</u>	<u>12.080</u>
Passivo circulante	1.578	1.447
Passivo não circulante	23.140	24.624
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.800	3.400
Passivo a descoberto	<u>(15.819)</u>	<u>(17.391)</u>
Total do passivo e do passivo a descoberto	<u>12.699</u>	<u>12.080</u>

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita líquida de vendas	257	388
Custos e despesas operacionais, líquidos	1.673	(6.834)
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	1.930	(6.446)

- SMA Indústria Química S.A. (“SMA”) - 50% de participação no capital social. Saldos imateriais.
- NF - 73,92% de participação no capital social até outubro de 2010 e 37,7% até novembro de 2010. Em dezembro, após a operação descrita na Nota 1.4, acima, toda a participação do Grupo São Martinho nessa investida ficou concentrada na Companhia, que passou a deter 50,95% de participação societária considerando todas as ações subscritas e 62,89% considerando as ações integralizadas até 31 de dezembro de 2010.

A consolidação da NF compreende as seguintes controladas:

- UBV - 100% de participação no capital social.
- SMBJ - 100% de participação no capital social.

(ii) Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação detida em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

(b) Informações trimestrais individuais

Nas informações trimestrais individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais liquidas (Nota 33)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantido até o vencimento ou disponível para venda.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos" e parte do "Caixa e equivalentes de caixa".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

Até fevereiro de 2010 a Companhia e suas controladas não aplicavam a chamada contabilização de *hedge (hedge accounting)*, embora fizessem uso de derivativos com o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos eram contabilizadas diretamente no resultado do período, na rubrica “Resultado financeiro”. A partir de março de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de *hedge accounting* para os derivativos assim designados.

Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de “fluxo de caixa”, cujas transações estão descritas na Nota 28.

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge*.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 28.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

2.9 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados no da rubrica “Ativos Biológicos” - Nota 13.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e álcool.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos e débitos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 27.

2.12 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em informações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 12.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e álcool. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das informações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos".

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 14. Terras e terrenos não são depreciados.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 14 (a)).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

(i) Ágio/deságio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

2.16 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.17 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

2.21 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iii) Demais receitas e despesas/custos

As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características.

(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques

A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas.

(c) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. A referida revisão foi efetuada por empresa especializada em conjunto com a adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”).

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

4.2 Risco cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010:

	R\$	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	40.314	24.207
Contas a receber de clientes	28.631	17.192
Instrumentos financeiros derivativos	13.204	7.928
Total dos ativos	82.149	49.327
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(98.577)	(59.163)
Instrumentos financeiros derivativos	(51.710)	(31.035)
Outros passivos	(3.168)	(1.901)
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(292.103)	(175.311)
Outros passivos	(9.155)	(5.495)
Total dos passivos	(454.713)	(272.905)
Exposição líquida passiva	(372.564)	(223.578)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas informações trimestrais de 31 de dezembro de 2010 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,6654 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,6662 por US\$ 1,00 para os passivos.

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 98.577, refere-se substancialmente a operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), com vencimentos nos meses de janeiro a abril de 2011, que estão vinculados à exportação de produtos. O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 292.103, refere-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, denominado em dólares norte-americanos com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos.

Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das empresas.

4.3 Risco de volatilidade no preço de *commodities*

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

Em 31 de dezembro de 2010, 54.880 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre janeiro e outubro de 2011, com fixação em um preço médio de 21,54 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE Futures US.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica.

4.5 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	157.730	73.330	278.404	13.001
Instrumentos financeiros derivativos	64.593			
Fornecedores	109.622			
Partes relacionadas	296			
Outros passivos	23.408	10.988		
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	87.811	21.014	14.646	11.250
Fornecedores	16.985			
Partes relacionadas	3.944			
Outros passivos	1.855	1.454		

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	219.435	127.172	449.615	32.297
Instrumentos financeiros derivativos	64.593			
Fornecedores	131.681			
Partes relacionadas	199			
Outros passivos	23.800	11.052		
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	326.746	157.192	402.223	68.978
Fornecedores	74.172			
Partes relacionadas	123			
Outros passivos	12.914	5.805	9.734	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.7 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por esse motivo não foi revisada pelos auditores independentes.

Controladora:		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
			contábil e fluxo de caixa		
Caixa e bancos	Queda do US\$	1,76	2.180	(8.041)	(18.262)
Contas a receber	Queda do US\$	1,76	1.531	(5.645)	(12.821)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,89	(43.442)	(140.230)	(237.019)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,76	3.449	(8.297)	(20.043)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,84	(1.271)	(4.640)	(8.010)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	28,84 ¢/lb	(6.136)	(58.919)	(111.702)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56 R\$/m ³	(29)	(5.086)	(10.143)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,30 ¢/lb	3.662	(7.213)	(24.858)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,69 ¢/lb	(2.864)	(28.894)	(54.925)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,01 ¢/lb	437	(3.491)	(7.419)
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	29,46 ¢/lb	(426)	(1.050)	(1.674)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	22,63 ¢/lb	(1.185)	(1.706)	(2.227)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
			contábil e fluxo de caixa		
Caixa e bancos	Queda do US\$	1,76	2.271	(8.375)	(19.021)
Contas a receber	Queda do US\$	1,76	1.613	(5.948)	(13.509)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,89	(51.409)	(161.931)	(272.454)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,76	3.449	(8.297)	(20.043)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,84	(1.271)	(4.640)	(8.010)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	28,84 ¢/lb	(6.136)	(58.919)	(111.702)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56 R\$/m ³	(29)	(5.086)	(10.143)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,30 ¢/lb	3.662	(7.213)	(24.858)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,69 ¢/lb	(2.864)	(28.894)	(54.925)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,01 ¢/lb	437	(3.491)	(7.419)
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	29,46 ¢/lb	(426)	(1.050)	(1.674)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	22,63 ¢/lb	(1.185)	(1.706)	(2.227)

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses.

A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática.

O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório de desempenho (*release*) da Companhia.

4.9 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo (*“fair value”*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data-base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de *“Black & Scholes”*, utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F.

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por métodos de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	Controladora		
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Opções de dolar		4.181	4.181
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	8.717		8.717
Futuros de etanol	82		82
Opções de açúcar	9.962		9.962
Contratos a termo - câmbio		45.831	45.831
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio		947	947
Futuros de açúcar	6.351		6.351
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - açúcar		22.391	22.391

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado			
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Opções de dolar		4.181	4.181
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	8.717		8.717
Futuros de etanol	82		82
Opções de açúcar	9.962		9.962
Contratos a termo - câmbio		45.831	45.831
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol			
Futuros de açúcar	8.661		8.661
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - câmbio		2.682	2.682
Contratos a termo - açúcar		41.696	41.696

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	45.976	78.627		124.603
Contas a receber de clientes	59.313			59.313
Instrumentos financeiros derivativos	9.023		4.181	13.204
Partes relacionadas	4.115			4.115
Depósitos judiciais	29.514			29.514
Outros ativos	10.613			10.613
Em 31 de março de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	24.200			24.200
Contas a receber de clientes	10.956			10.956
Instrumentos financeiros derivativos	1.335	1.195	29.689	32.219
Partes relacionadas	9.118			9.118
Depósitos judiciais	5.624			5.624
Outros ativos	4.883			4.883
Controladora				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	73.480		448.985	522.465
Instrumentos financeiros derivativos		64.593		64.593
Fornecedores	109.622			109.622
Partes relacionadas	296			296
Outros passivos	34.396			34.396
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	26.216		108.505	134.721
Fornecedores			16.985	16.985
Partes relacionadas			3.944	3.944
Outros passivos			1.855	1.855

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	52.571	197.084		249.655
Contas a receber de clientes	77.082			77.082
Instrumentos financeiros derivativos	9.023		4.181	13.204
Partes relacionadas	554			554
Depósitos judiciais	31.232			31.232
Outros ativos	13.441			13.441
Em 31 de março de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	92.122	38.512		130.634
Contas a receber de clientes	41.628			41.628
Instrumentos financeiros derivativos	4.170	1.195	53.039	58.404
Partes relacionadas	211			211
Depósitos judiciais	28.580			28.580
Outros ativos	9.817			9.817

Consolidado				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	73.685		754.834	828.519
Instrumentos financeiros derivativos		64.593		64.593
Fornecedores	131.681			131.681
Partes relacionadas	199			199
Outros passivos	34.852			34.852
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	75.784		879.355	955.139
Fornecedores			74.172	74.172
Partes relacionadas			123	123
Outros passivos			28.453	28.453

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora	
		31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Rendimentos			
Caixa e bancos		45.976	24.200
Aplicações financeiras			
· CDB	100,21% da variação do CDI - taxa média ponderada	21.498	
· Debêntures compromissadas	101,01% da variação do CDI - taxa média ponderada	57.129	
		<u>124.603</u>	<u>24.200</u>
		Consolidado	
		31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Rendimentos			
Caixa e bancos		52.571	92.122
Aplicações financeiras			
· LCA	de 40% a 70% da variação do CDI - taxa média ponderada		35.034
· CDB	de 100% a 100,78% da variação do CDI - taxa média ponderada	92.642	
· Debêntures compromissadas	de 99,44% a 101,05% da variação do CDI - taxa média ponderada	103.593	3.478
· Letras financeiras do tesouro	100% da variação da selic	849	
		<u>249.655</u>	<u>130.634</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e controladas. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de bancos da Companhia inclui valores depositados em moeda estrangeira equivalentes a US\$ 23.240 mil (US\$ 24.207 mil no consolidado). Adicionalmente, o aumento expressivo desse saldo no consolidado refere-se à liberação de financiamento da USM ocorrida no final do trimestre.

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Cientes mercado interno	32.141	8.202	48.451	32.525
Cientes mercado externo	27.172	2.754	28.631	9.103
	<u>59.313</u>	<u>10.956</u>	<u>77.082</u>	<u>41.628</u>

Para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Vencidas e não provisionadas:				
Até 30 dias	29.430	2.920	31.928	4.605
de 31 a 60 dias	65	10	1.401	41
acima de 61 dias	830	31	2.966	109
A vencer:				
Em até 30 dias	27.725	7.714	39.447	36.443
de 31 a 60 dias	1.236	243	1.236	289
após de 61 dias	27	38	104	141
	<u>59.313</u>	<u>10.956</u>	<u>77.082</u>	<u>41.628</u>

Os valores apresentados como vencidos são, substancialmente, relativos a pequenos atrasos em processos de exportação. O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 34 dias (30 dias no consolidado).

A exposição máxima ao risco de crédito na data dessas informações trimestrais é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 ESTOQUES

	Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Produtos acabados e em elaboração	212.486	13.756
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	48.527	2.225
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	<u>38.547</u>	<u>6.544</u>
	<u>299.560</u>	<u>22.525</u>
	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Produtos acabados e em elaboração	253.301	44.643
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	58.165	31.023
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	48.710	29.504
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	<u>(2.299)</u>	<u>(101)</u>
	<u>357.877</u>	<u>105.069</u>

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, ocorrido em 31 de março de 2008, a Companhia ofereceu em penhor à Copersucar 8.908 m³ de álcool anidro carburante (25.757 m³ no consolidado).

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	12.449	9.803
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	12.485	5.180
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	3.816	1.955
Outros	1.542	31
	<u>30.292</u>	<u>16.969</u>
Ativo circulante	<u>(15.204)</u>	<u>(10.774)</u>
Não circulante	<u>15.088</u>	<u>6.195</u>
	<u>30.176</u>	<u>12.390</u>
	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	39.001	67.540
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	22.993	24.591
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	8.710	14.074
Outros	1.656	933
	<u>72.360</u>	<u>107.138</u>
Ativo circulante	<u>(38.228)</u>	<u>(59.748)</u>
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	<u>34.132</u>	<u>47.390</u>
	<u>34.132</u>	<u>47.390</u>

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos mantidos com controladas em 31 de dezembro e em 31 de março de 2010 referem-se a contratos de mútuo com vencimento a cada 31 de dezembro, prorrogáveis por mais um ano, sobre os quais incidem encargos equivalentes a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e outras transações mercantis entre as empresas.

O prazo máximo estimado para a liquidação de todos os saldos de longo prazo com as partes relacionadas é de 24 meses. As compras de cana-de-açúcar de acionistas observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

b) Transações da controladora no trimestre:

	31 de dezembro de 2010				
	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
Vale do Mogi			754	324	211
Omtex		2.308		27	
UBV				631	
Acionistas					
- aluguel de imóveis	59				
- prestação de serviços	94				
- compras de cana-de-açúcar					406
	<u>153</u>	<u>2.308</u>	<u>754</u>	<u>982</u>	<u>617</u>
	31 de dezembro de 2009				
	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
Vale do Mogi	494	15	980	524	30
Omtex		2.352		14	
UBV		2		262	
Acionistas					
- aluguel de imóveis	28				
- prestação de serviços	93				
- compras de cana-de-açúcar					826
	<u>615</u>	<u>2.369</u>	<u>980</u>	<u>800</u>	<u>856</u>

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes sobre contratos de mútuo, venda de melaço, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM até novembro de 2010, posteriormente pela Companhia, com o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Transações do consolidado no trimestre:

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de dezembro de 2009</u>
Acionistas		
- aluguel de imóveis	90	84
- prestação de serviços	502	360
- compras de cana-de-açúcar	<u>813</u>	<u>2.316</u>
	<u>1.405</u>	<u>2.760</u>

d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de dezembro de 2009</u>
Ordenados e salários	118	135	388	135
Honorários e bônus	4.401	1.030	5.611	1.903
Contribuições previdenciárias e sociais	811	221	1.056	396
Plano de previdência privada	44	29	91	78
Programa de participação nos resultados		1		1
Outros	<u>53</u>	<u>37</u>	<u>76</u>	<u>54</u>
	<u>5.427</u>	<u>1.453</u>	<u>7.222</u>	<u>2.567</u>

11 OUTROS ATIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Despesas antecipadas	2.400	178	2.984	1.473
Adiantamentos diversos	3.432	1.238	4.188	4.575
Outros investimentos	3.524	3.430	3.540	3.540
Outros créditos	<u>1.257</u>	<u>37</u>	<u>2.729</u>	<u>229</u>
	10.613	4.883	13.441	9.817
Ativo circulante	<u>(6.890)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>(8.287)</u>	<u>(6.086)</u>
Ativo não circulante	<u>3.723</u>	<u>3.434</u>	<u>5.154</u>	<u>3.731</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos da controladora em sociedades controladas é composto como segue:

12.1 Sociedades controladas

	31 de dezembro de 2010					
Vale do Mogi (atual denominação da USM)	Omtex	Nova Fronteira	UBV	USL	SMA	Total
Em Sociedades controladas:						
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	27.971	426.635	11.898	50	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	62,89%	41,67%	50,00%	
Capital social	59.540	27.971	684.870	3.541	100	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	762.565	26.965	623.282	(15.817)	40	
Lucro líquido (prejuízo) do período	88.559	(5.321)	(2.461)	2.402		
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de março de 2010	1.263.806	18.906				1.371.773
Juros sobre o capital próprio recebidos	(15.680)		89.061			(15.680)
Dividendos adicionais distribuídos	(93.567)					(93.567)
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.6	(444.085)	15.884	287.855	(7.592)	20	(147.918)
Aumento de capital com adiantamentos - AFAC			8.377			8.377
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação	2.101	(2.055)	(46)			
Integralização de capital com conferência de ações do capital da UBV			96.246	(96.246)		
Alienação de ações - Nota 1.4			(410)			(410)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.4			8.943			8.943
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial	(37.218)		(26)			(37.244)
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2010	(1.348)	(449)		1.797		
Resultado de equivalência patrimonial	88.559	(5.321)	(652)	(2.917)	1.001	80.670
Reclassificação para o passivo circulante referente a investimento com Passivo a descoberto				6.591		6.591
Saldos em 31 de dezembro de 2010	762.568	26.965	391.982		20	1.181.535

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas.

12.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. (“EP”)

Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. (“AA”), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais.

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

			Saldo líquido em	
	Ágio	Amortizações/ baixas/ acumuladas	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Rentabilidade futura - Intangível	39.688	(5.673)	34.015	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.356)	59	92
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(13.856)	6.590	13.585
	<u>87.549</u>	<u>(46.885)</u>	<u>40.664</u>	<u>47.692</u>

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e a UBV possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do álcool; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Consolidado
	31 de
	dezembro de
	2010
Área estimada de colheita (ha)	111.296
Produtividade prevista (ton/ha)	82,45
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	137,41
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,4145

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os trimestres é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>
	<u>dezembro de</u>	<u>dezembro de</u>
	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Ativos biológicos em 30 de setembro de 2010	74.201	415.137
Redução por perda de participação em controlada - NF		(41.526)
Aumento decorrente de incorporação de acervo - USM	214.461	
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	23.450	62.140
Varição no valor justo	(3.441)	(10.248)
Reduções decorrentes da colheita	<u>(8.536)</u>	<u>(44.972)</u>
Ativos biológicos no final do período	<u>300.135</u>	<u>380.531</u>

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional e compra futura de cana-de-açúcar.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamentos mercantis e de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos de arrendamento e de compra de cana-de-açúcar têm vigência de seis a doze anos, a maioria é renovável no término do período.

Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 31 de dezembro de 2010, os pagamentos totais estimados de arrendamentos e contratos de compra, são estimados como segue:

	<u>Consolidado</u>
Menos de um ano	64.764
Mais de um ano e menos de cinco anos	158.730
Mais de cinco anos	<u>67.318</u>
	<u>290.812</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 IMOBILIZADO

	Controladora								
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total	
Saldos em 31 de março 2010	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422	
Custo total	549.804	28.555	196.512	24.864	55.429	8.123	20.357	883.644	
Depreciação acumulada		(8.069)	(50.259)	(11.177)	(16.780)	(4.937)		(91.222)	
Valor residual	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	20.357	792.422	
Saldos em 31 de março 2010									
Aquisição			17.412	39	2	116	18.000	35.569	
Alienação (residual)	(1.245)		(372)	(742)	873			(1.486)	
Transferências entre contas	400			799	4.844	16	(6.059)		
Depreciação		(609)	(31.127)	(4.306)	(5.543)	(444)		(42.029)	
Acervo Incorporado USM	55.450	44.915	255.960	31.151	69.699	4.444	30.401	492.020	
Saldos em 31 de dezembro 2010	604.409	64.792	388.126	40.628	108.524	7.318	62.699	1.276.496	
Custo total	604.409	88.374	641.321	80.062	167.341	31.217	62.699	1.675.423	
Depreciação acumulada		(23.582)	(253.195)	(39.434)	(58.817)	(23.899)		(398.927)	
Valor residual	604.409	64.792	388.126	40.628	108.524	7.318	62.699	1.276.496	
Valor residual de:									
Custo histórico	21.139	17.423	116.300	31.213	52.899	7.318	62.699	308.991	
Mais-valia	583.270	47.369	271.826	9.415	55.625			967.505	
	604.409	64.792	388.126	40.628	108.524	7.318	62.699	1.276.496	
Taxas médias de depreciação		4,67%	9,07%	23,13%	12,80%	11,72%			
	Consolidado								
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Benefícios em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março 2010	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Custo total	1.745.191	223.652	911.574	115.322	221.909	31.116	34.736	134.155	3.417.655
Depreciação acumulada		(27.233)	(217.919)	(39.453)	(61.259)	(5.317)	(23.715)		(374.896)
Valor residual	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Saldos em 31 de março 2010	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	134.155	3.042.759
Aquisição		86	31.894	440	122	8.238	817	102.724	144.321
Alienação (residual)	(1.690)	(9)	(534)	(1.052)	(1.185)		(1)		(4.471)
Transferências entre contas	804	21.271	35.188	8.640	14.760		1.158	(81.821)	
Depreciação		(5.187)	(126.398)	(14.333)	(21.621)	(5.791)	(1.448)		(174.778)
Redução no saldo inicial consolidado pela redução de participação na NF	(12.085)	(50.675)	(87.029)	(10.803)	(16.600)	(9.869)	(1.632)	(30.455)	(219.148)
Saldos em 31 de dezembro 2010	1.732.220	161.905	546.776	58.761	136.126	18.377	9.915	124.603	2.788.683
Custo total	1.732.220	192.722	823.848	102.663	206.410	23.806	34.836	124.603	3.241.108
Depreciação acumulada		(30.817)	(277.072)	(43.902)	(70.283)	(5.429)	(24.921)		(452.424)
Valor residual	1.732.220	161.905	546.776	58.761	136.127	18.377	9.915	124.603	2.788.683
Valor residual de:									
Custo histórico	116.442	106.742	271.456	49.253	80.344	18.377	9.915	124.603	777.131
Mais-valia	1.615.778	55.163	275.320	9.508	55.783				2.011.552
	1.732.220	161.905	546.776	58.761	136.127	18.377	9.915	124.603	2.788.683
Taxas médias de depreciação		3,83%	7,85%	16,78%	11,39%	20,00%	12,46%		

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial para o aumento na produção de açúcar e outras melhorias na unidade industrial. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também ampliação e melhorias das instalações administrativas e do parque industrial da UBV.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 423.058 em 31 de dezembro de 2010, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 313.285 (R\$ 492.163 no consolidado), referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010, 13.711,63 ha. de terras da Companhia estavam dadas em garantias para operações da UBV.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Nos trimestres findos em 30 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros nos montantes de R\$ 2.054 e R\$ 2.655, respectivamente.

(a) Custo atribuído (*Deemed cost*)

Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPC 10, a Companhia e determinadas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs). Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado.

As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei^o 11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1^o de abril de 2009 e, por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - *Deemed cost*".

Em 31 de dezembro de 2010, o total de mais valia residual no ativo imobilizado (proveniente de reavaliações anteriores e atualizadas pelo *deemed cost*), líquido das correspondentes depreciações e baixas, bem como as taxas médias revisadas de depreciação, por grupo/natureza de bens, estão apresentadas no quadro acima. Os ajustes de *deemed cost* no saldo inicial do ano de transição estão demonstrados na Nota 39.5.

15 INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Ágio rentabilidade futura	38.826		38.826	38.826
Amortização acumulada	(4.811)		(4.811)	(4.811)
Software	4.531	2.034	6.120	6.874
Amortização acumulada	(3.237)	(1.826)	(3.997)	(3.722)
	<u>35.309</u>	<u>208</u>	<u>36.138</u>	<u>37.167</u>

O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, que foi incorporado pela USM, deixou de ser amortizado a partir do exercício social que se iniciou em 1^o de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 12.2

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora	
				31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,11% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencos. entre Set/18 e Jul/20	73.480	26.216
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcelas mensais com vencos. entre Jan/11 e Out/11	16.745	27.577
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcela única com vencito. final entre Fev/11 e Jun/11	8.493	
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,64% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Jul/14	38.459	17.002
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,27% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Jul/15	40.997	4.615
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencito. final em Out/25	71	75
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,51% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencito. final em Abr/13	511	49
Capital de giro	Varição de 130% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcela única com vencos entre Mai/2010 e Jun/2010		17.143
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 2,51% a.a. + Variação do dólar americano pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcela única com vencimento final entre Jan/11 e Abr/11	92.308	42.044
PPE	Juros médios ponderados de 2,51% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(h)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Fev/11 e Jun/15	251.377	
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte-americano, Euro e Iene) + taxa fixa de 7,12% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/11 e Mar/12	24	
Total				522.465	134.721
Passivo circulante				(157.730)	(87.811)
Não circulante				364.735	46.910

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado	
				31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,11% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 e Jul/20	73.685	75.784
Crédito rural - Procer	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcelas mensais com vencos. entre Jan/11 e Jan/12	29.609	48.020
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(m)	Parcela única com vencimento entre Fev/11 e Jun/11	8.493	
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,99% a.a. pagos mensalmente	(c), (i)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Jul/14	48.088	72.618
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,75% a.a. pagos mensalmente	(c), (i)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Fev/19	191.645	318.159
FINEM - DIRETO	Taxa média ponderada pré-fixada de 4,55% a.a. paga mensalmente	(c), (i)	Parcelas mensais com vencos entre Mar/12 e Fev/19	36.816	
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,48% a.a. paga mensalmente	(d), (t)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Jul/15	42.616	32.206
Finame (FCO)	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,5% a.a. paga mensalmente	(t)	Parcelas mensais com vencos entre Jan/11 e Nov/19	6.280	
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencto. final em Out/25	71	75
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,48% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/11 e Mai/13	536	703
Capital de giro	Variação de 129,26% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcela única com vencos entre Abr/2010 e Jun/2010		25.562
Capital de giro	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcela única com vencto. final em Jun/2010		17.905
Em moeda estrangeira:					
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar norte-americano, Euro e Iene) + taxa fixa de 7,12% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/11 e Mar/12	24	36
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,52% a.a. pagos mensalmente	(c), (k)	Parcelas trimestrais com vencos entre Jan/11 e Abr/19	46.970	38.592
ACC	Juros médios ponderados de 2,51% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(g)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/11 e Abr/11	92.308	146.979
PPE	Juros médios ponderados de 2,51% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(h)	Parcelas semestrais com vencimentos entre Fev/11 e Jun/15	251.378	178.500
Total				828.519	955.139
Passivo circulante				(219.435)	(326.746)
Não circulante				609.084	628.393

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010	Valor contábil ou contratual
(a) Hipoteca - 16.909 ha. de terras	311.683
(b) Nota promissória	42.351
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	28.826
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	64.709
Nota promissória	36.979
(d) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	38.065
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	55.219
Nota promissória	11.093
(e) Hipoteca - 79 ha de terras	1.603
(f) Nota promissória	178
(g) Nota promissória	69.113
(h) <i>Covenantes</i> Financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e <i>ratio</i> mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA. Em 30 de setembro e em 31 de março de 2010, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas em contratos de financiamentos	
(i) Hipoteca de 11,577 ha.	146.494
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	84.383
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	17.747
Nota promissória	7.105
(j) Hipoteca de 199 ha.	2.265
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	110.677
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	3.771
Nota promissória	3.313
(k) Hipoteca de 2.380 ha.	30.118
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	19.661
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	
Nota promissória	
(l) Aval da Companhia	

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de dezembro de 2010	
	Controladora	Consolidado
De 1º/1/12 a 31/12/12	73.330	127.172
De 1º/1/13 a 31/12/13	95.260	154.377
De 1º/1/14 a 31/12/14	88.541	145.267
De 1º/1/15 a 31/12/15	80.256	110.110
De 1º/1/16 a 31/12/16	7.419	20.195
De 1º/1/17 a 31/12/17	6.928	19.666
De 1º/1/18 a 31/10/25	13.001	32.297
	364.735	609.084

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia, a USM e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como “Créditos rurais securitizados”, estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro e 31 de março de 2010 de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Cana-de-açúcar	87.571	3.558	100.228	26.322
Materiais, serviços e outros	22.051	13.427	31.453	47.850
	109.622	16.985	131.681	74.172

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR (Cooperativa)

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo exigível a longo prazo. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia e a USL poderão ser requeridas a desembolsar o valor que lhes tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores incluídos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência, e estão representados pelos montantes de R\$ 57.095 e R\$ 14.886, em 31 de dezembro e 31 de março de 2010, respectivamente (R\$ 61.013 e R\$ 59.253, respectivamente, no consolidado).

A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	134.371	34.679
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	43.046	11.409
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	9.222	4.027
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,17% a.a.	3.857	1.703
Total	190.496	51.818
Passivo circulante	(2.040)	(589)
Não circulante	188.456	51.229

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	139.238	134.540
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	43.934	43.935
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	9.343	11.798
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,17% a.a.	4.082	5.972
Total	196.597	196.245
Passivo circulante	(2.203)	(2.203)
Não circulante	194.394	194.042

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia, a USM e a USL permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de “Obrigações - Copersucar”, no exigível a longo prazo, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 42.963 (R\$ 152.828 no consolidado).

19 TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
ICMS	9.043	9.524	9.043	9.524
Parcelamento - Lei 11.941	46.964	6.440	48.298	41.628
	56.007	15.964	57.341	51.152
Passivo circulante (tributos a recolher)	(4.474)	(1.593)	(4.562)	(3.939)
Não circulante	51.533	14.371	52.779	47.213

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas USM, Omtex e USL, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais.

A maior parte dos processos inclusos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais, tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

O impacto no resultado ocorreu na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas”.

A Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e aguardava a consolidação dos valores por parte da Secretaria da Receita Federal. O montante incluso no parcelamento foi distribuído aos cooperados e ex-cooperados quando da Deliberação do Conselho de Administração, depois de exauridas as etapas de (i) cálculo final do montante total das contingências, considerando os benefícios do programa REFIS, (ii) a identificação das usinas responsáveis pela obrigação, (iii) as trocas das atuais garantias dos passivos por um novo valor e configuração e (iv) deliberação em Reunião do Conselho de Administração.

Em junho de 2011 a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, teve seus valores consolidados pela Secretaria da Receita Federal.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Vendas a faturar	11.022	442	17.763	2.103
Receitas a apropriar	1.692	2.158	1.691	2.158
Contribuições sociais parceladas	728		728	882
Passivo a descoberto de controlada	6.591			
Mitsubishi Corporation	12.207		12.207	16.224
Outros débitos	2.156	709	2.463	7.086
	34.396	3.309	34.852	28.453
Passivo circulante	(23.408)	(1.855)	(23.800)	(12.914)
Não circulante	10.988	1.454	11.052	15.539

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UBV realizada em novembro de 2009 com vencimento final em 2014.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Em 22 de setembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações foram realizadas até 22 de setembro de 2009, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras.

A Companhia recomprou 139.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.899, a um custo unitário mínimo de R\$ 9,30 e máximo de R\$ 19,20, resultando em um custo médio de R\$ 13,65 por ação. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 3.684 (R\$ 2.264 em 31 de março de 2010).

O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

- **Deemed cost**

Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 14(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros (prejuízos) acumulados".

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Valor justo de *hedge accounting***

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva legal e para orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Até 31 de março de 2009, a reserva para orçamento de capital, no montante de R\$ 95.923, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores e foi constituída com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembléia Geral dos acionistas. Em 31 de março de 2010 a administração propôs, e a Assembléia Geral Ordinária de 30 de julho de 2010 aprovou, juntamente com o correspondente plano de investimentos, nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, acrescido da realização da reserva de reavaliação, no montante de R\$ 104.139. O referido valor do ano anterior foi, substancialmente (R\$ 95.900), objeto de capitalização por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de 17 de setembro de 2010, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados.

(e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício após a constituição da reserva legal.

Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em novembro de 2010 a controlada USM calculou e distribuiu juros sobre o capital próprio para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.558.

Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, com o objetivo de estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Companhia e possibilitar a manutenção de seus profissionais. O Plano é gerido pelo Conselho de Administração, que poderá conceder opções para compra de ações a seus executivos, administradores e empregados.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 2% do total de ações ordinárias do capital social da Companhia. O Plano de Opções da Companhia encontra-se disponível na CVM.

Atualmente, os Regulamentos e Contratos de adesão estão em elaboração pelo Conselho de Administração, para serem implementados na Companhia, bem como a definição dos beneficiários elegíveis.

22 PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida.

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas.

O montante dessa participação no trimestre findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 421 e R\$ 390, respectivamente, no consolidado.

23 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

Os montantes dessa participação nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, registrados como custos ou despesas operacionais no resultado foram de R\$ 7.989 e R\$ 5.136, respectivamente, no consolidado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Créditos tributários				
No ativo circulante - Antecipações				
· Imposto de renda e contribuição social, a compensar	2.316	5.002	6.087	12.026
No ativo não circulante - Créditos diferidos				
· Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	16.710	22.481	34.833	51.352
· Contribuição social sobre base negativa acumulada	6.089	8.166	12.614	19.337
Tributos sobre diferenças temporárias de:				
· Provisão para contingências	16.232	5.215	16.554	19.170
· Ativos biológicos (variação para o valor justo)	14.721	11.481	25.389	22.231
· Benefício fiscal sobre ágio incorporado	10.528		10.528	13.970
· Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)			8.241	14.350
· Instrumentos financeiros derivativos	29.441	2.799	29.441	5.550
· Outros	6.231	863	7.562	2.078
	<u>99.952</u>	<u>51.005</u>	<u>145.162</u>	<u>148.038</u>
Débitos tributários				
No passivo não circulante - Débitos diferidos				
Tributos sobre diferenças temporárias de:				
· Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(334.578)	(228.236)	(689.640)	(705.054)
· Depreciação acelerada incentivada	(101.903)	(23.192)	(101.903)	(95.755)
· Financiamentos securitizados	(11.943)	(9.210)	(12.107)	(9.784)
· Ajuste a valor presente	(8.597)	(3.333)	(8.620)	(9.417)
· Instrumentos financeiros derivativos	(3.100)	(13.114)	(3.100)	(23.699)
· Outros		(21)		(53)
	<u>(460.121)</u>	<u>(277.106)</u>	<u>(815.370)</u>	<u>(843.762)</u>

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

<u>Períodos findos em 31 de dezembro de:</u>	<u>Valor estimado de realização</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	24.421	31.034
2012	33.928	39.442
2013	15.195	19.302
2014	10.253	13.401
2015	6.020	9.212
2016 em diante	<u>10.135</u>	<u>32.771</u>
	<u>99.952</u>	<u>145.162</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir”, com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, reduzindo a conta “ICMS a recolher”. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV.

Para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores do incentivo que impactaram o resultado foram de R\$ 3.551 e R\$ 5.154, respectivamente.

26 COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes informações financeiras:

26.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada “reserva legal”.

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia - com exceção da sua controlada UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação - ainda não possui o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, mas possui áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), nos termos estabelecidos pela legislação do Estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é controvertida nas esferas política e judicial, a Companhia acompanha atentamente a evolução desses fatos e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. No caso das operações incorporadas da antiga USM, a Companhia também discute, judicialmente, tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível e, em paralelo, avalia a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Ribeirão Preto, para regularização da reserva legal de parte de suas propriedades rurais.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.2 Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a MC pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

26.3 Concessão de direito de preferência na compra de etanol

A Companhia e sua controlada NF outorgaram a PBio direito de preferência, em termos e condições de mercado, para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da UBV e SMBJ.

26.4 Avais concedidos

A Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 418.319.

27 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

27.1 Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora					
	31 de março de 2010	Saldo incorporado USM	Adições	Utilizações/reversões	Atualização monetária	31 de dezembro de 2010
Tributários	3.072	651	13	(87)	90	3.739
Cíveis e ambientais	7.912	1.321	1.441	(5.248)	334	5.760
Trabalhistas	6.439	43.774	788	(4.663)	943	47.281
	17.423	45.746	2.242	(9.998)	1.367	56.780
(-) Depósitos judiciais	(5.624)	(25.205)	(343)	1.853	(195)	(29.514)
	11.799	20.541	1.899	(8.145)	1.172	27.266

	Consolidado					
	31 de março de 2010	Redução de participação na NF	Adições	Utilizações/reversões	Atualização monetária	31 de dezembro de 2010
Tributários	4.191	(35)	756	(634)	333	4.611
Cíveis e ambientais	10.429	(16)	1.481	(6.214)	866	6.546
Trabalhistas	53.269	(318)	6.795	(13.453)	4.139	50.432
	67.889	(369)	9.032	(20.301)	5.338	61.589
(-) Depósitos judiciais	(28.580)	58	(5.283)	3.512	(939)	(31.232)
	39.309	(311)	3.749	(16.789)	4.399	30.357

Em 31 de dezembro de 2010, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia e suas controladas, onde foram efetuados depósitos judiciais, dos valores discutidos; (b) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa das empresas em processos tributários.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “*in itinere*”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

27.2 Perdas possíveis (passivo contingente)

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados da Companhia, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Processos Tributários:

Consolidado	Natureza	Nº de processos	Instância			Total
			Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	
(i)	Contribuição previdenciária	24	99.689	12.114		111.803
(ii)	Apuração de IRPJ/CSLL	2	47.335			47.335
	Saldo negativo IRPJ	4	3.884	90	209	5.608
	Compensação créditos PIS	2	3.564		1.653	5.217
	Compensação tributos federais	3	1.241		1.390	2.631
	Outros processos tributários	46	10.224	585	1.549	12.358
		81	165.937	12.789	4.801	184.952

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a USM e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia e controladas eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de álcool carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia e suas controladas na Cooperativa corresponde a R\$ 43.101. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco possível.

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos Cíveis e Ambientais:

Consolidado	Nº de processos	Adminis- trativa	Instância			Total
			1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	
Ambientais	84	1.548	5.216	4.696	4.336	15.796
Cíveis						
Indenizatórias	32		3.092	206	24	3.322
Revisão de contratos	11			23		23
Retificação de área e registro imobiliário	3		8			8
Alvarás para obtenção de licença de pesquisa	6		8			8
Regulatório	1	62				62
	<u>137</u>	<u>1.610</u>	<u>8.324</u>	<u>4.925</u>	<u>4.360</u>	<u>19.219</u>

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como “mantidos para negociação” e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do período, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de *hedge*. A utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas optaram pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2010/2011 e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* são registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de *hedge* são classificadas na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica “Receita líquida de vendas” quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Para os *hedges* de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são realizados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha.

Para os *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de balcão.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro e em 31 de março de 2010, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Depósitos de margem	9.022	1.335	9.022	4.170
Resultado potencial com futuros de açúcar	(8.717)	6.351	(8.717)	8.661
Resultado potencial com futuros de etanol	(82)		(82)	
Resultado potencial com opções de açúcar	(9.962)	1.195	(9.962)	1.195
Resultado potencial com opções de dólar	4.181		4.181	
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	(45.831)	947	(45.831)	2.682
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar		22.391		41.696
	<u>(51.389)</u>	<u>32.219</u>	<u>(51.389)</u>	<u>58.404</u>
No ativo, circulante	13.204	32.219	13.204	58.404
No passivo, circulante	<u>(64.593)</u>		<u>(64.593)</u>	
	<u>(51.389)</u>	<u>32.219</u>	<u>(51.389)</u>	<u>58.404</u>

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

28.1 Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro e em 31 de março de 2010, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como segue:

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Contratos futuros e opções:

31 de dezembro de 2010					
<u>Controladora e consolidado</u>	<u>Volume (Ton)</u>	<u>Preço médio (¢/lb)</u>	<u>Valor de Referência (Nacional)- R\$</u>	<u>Valor Justo (Fair value) - R\$</u>	<u>Efeito a receber (pagar) - R\$</u>
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	99.060	23,69	86.204	(14.954)	(14.954)
<i>Compromisso de Compra</i>	75.743	26,30	73.178	6.237	6.237
					<u>(8.717)</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	59.538	22,63	49.504	3.269	3.269
<i>Posição titular - Compra</i>	24.384	29,46	26.388	2.921	2.921
<i>Posição titular - Compra</i>	6.350	14,75	3.441	(2)	(2)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	91.542	27,01	90.841	(16.150)	(16.150)
					<u>(9.962)</u>
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	17.520	1.116,48	652	(82)	(82)
					<u>(82)</u>
31 de março de 2010					
<u>Controladora</u>	<u>Volume (Ton)</u>	<u>Preço médio (¢/lb)</u>	<u>Valor de Referência (Nacional)- R\$</u>	<u>Valor Justo (Fair value) - R\$</u>	<u>Efeito a receber (pagar) - R\$</u>
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	54.000	19,62	41.602	6.506	6.506
<i>Compromisso de Compra</i>	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)
					<u>6.351</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375
<i>Posição titular - Compra</i>	25.400	25,50	25.433	11	11
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	39.624	24,04	37.403	(191)	(191)
					<u>1.195</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	31 de março de 2010				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	74.066	19,58	56.951	8.816	8.816
<i>Compromisso de Compra</i>	1.524	19,19	1.148	(155)	(155)
					<u>8.661</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	14.224	18,27	10.204	1.375	1.375
<i>Posição titular - Compra</i>	25.400	25,50	25.433	11	11
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	39.624	24,04	37.403	(191)	(191)
					<u>1.195</u>

A forma de operação das posições com opções indicadas acima é efetuada com base nas seguintes terminologias:

- Posição titular - Venda: compra de opções de venda que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- Posição titular - Compra: compra de opções de compra que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma compra ao preço previamente estabelecido.
- Posição lançadora - Compra: venda de opções de compra nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.
- Posição lançadora - Venda: venda de opções de venda nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):

Controladora e consolidado - 31/12/2010						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jan/11	Vendida	6.545	1,9563	12.805	1.898	1.898
mar/11	Vendida	2.575	1,8861	4.857	509	509
abr/11	Vendida	2.575	1,8992	4.890	507	507
jul/11	Vendida	5.000	1,8264	9.133	433	433
out/11	Vendida	7.000	1,8674	13.072	587	587
dez/11	Vendida	3.000	1,8929	5.679	247	247
		<u>26.695</u>				<u>4.181</u>
Controladora - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	6.847	1,8204	12.465	121	121
jul/10	Vendida	4.057	1,8308	7.427	64	64
ago/10	Vendida	10.537	1,8448	19.439	166	166
set/10	Vendida	5.977	1,8535	11.078	68	68
out/10	Vendida	9.925	1,8582	18.443	32	32
nov/10	Vendida	19.000	1,8729	35.586	78	78
jan/11	Vendida	5.000	1,9869	9.935	418	418
		<u>61.343</u>				<u>947</u>
Consolidado - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jun/10	Vendida	8.767	1,8212	15.967	162	162
jul/10	Vendida	9.863	1,8274	18.023	123	123
ago/10	Vendida	21834	1,8430	40.240	305	305
set/10	Vendida	13.777	1,8870	25.998	600	600
out/10	Vendida	26.282	1,8703	49.155	387	387
nov/10	Vendida	34.339	1,8848	64.724	528	528
dez/10	Vendida	2.240	1,9310	4.325	103	103
jan/11	Vendida	23.241	1,9185	44.589	474	474
		<u>140.343</u>				<u>2.682</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank, Bradesco, Santander, HSBC e Itaú BBA.

c) Contratos a termo de açúcar “sugar 11” (NDF balcão - Cetip):

Controladora e consolidado - 31/12/2010						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$
40603	Vendida	908	23,08	34924	(15.104)	(15.104)
40664	Vendida	872	22,80	33127	(10.426)	(10.426)
40725	Vendida	1508	20,63	51842	(15.334)	(15.334)
40817	Vendida	625	20,10	20935	(4.941)	(4.941)
mar/12	Vendida	<u>10</u>	22,29	371	(26)	(26)
		<u>3.923</u>				<u>(45.831)</u>

Controladora - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	540	21,81	20.975	5.289	5.289
jul/10	Vendida	1.313	20,45	47.828	10.293	10.293
out/10	Vendida	960	19,71	33.699	6.102	6.102
mar/11	Vendida	<u>100</u>	20,30	3.615	707	707
		<u>2.913</u>				<u>22.391</u>

Consolidado - 31/03/2010						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/10	Vendida	765	21,84	29.760	7.567	7.567
jul/10	Vendida	2.514	20,17	90.312	18.297	18.297
out/10	Vendida	2.306	19,78	81.225	14.967	14.967
mar/11	Vendida	<u>120</u>	20,37	4.354	865	865
		<u>5.705</u>				<u>41.696</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar “sugar 11” são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank, Itaú BBA e Macquarie.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por Tela						
	fev-11	mar-11	mai-11	jul-11	out-11	mar-12	Total
MERCADORIAS							
Derivativos Designados para Hedge							
Valor Justo dos Futuros Comprados - Açúcar		3.594	385	1.245	1.013		6.237
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Açúcar		(5.635)	(3.964)	(2.501)	(2.627)	(227)	(14.954)
Valor Justo das NDFs Vendidas - Açúcar		(15.104)	(10.426)	(15.334)	(4.941)	(26)	(45.831)
		(17.145)	(14.005)	(16.590)	(6.555)	(253)	(54.548)
Derivativos Não Designados para Hedge							
Opções							
Valor Justo de Posição titular – Venda		180	772	1.214	1.103		3.269
Valor Justo de Posição titular – Compra	918	137	1.542	324			2.921
Valor Justo de Posição Lançadora – Venda		(2)					(2)
Valor Justo de Posição Lançadora – Compra	(529)	(7.490)	(2.895)	(3.186)	(2.050)		(16.150)
	389	(7.175)	(581)	(1.648)	(947)		(9.962)
	389	(24.320)	(14.586)	(18.238)	(7.502)	(253)	(64.510)

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por período				
	4T10	1T11	2T11	3T11	Total
MERCADORIAS					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Etanol		(72)	(10)		(82)
MOEDA ESTRANGEIRA					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo das NDFs Vendidas	2.407	507	433	834	4.181
	2.335	497	433	834	4.099

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que afetaram as contas de resultado, foram:

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos vinculados a produtos:				
Contratos futuros	720	(7.480)	(2.147)	(3.395)
Opções	(5.787)	(4.888)	448	886
Contratos a termo			(14.090)	(25.055)
Comissões e corretagens	(76)	(124)	(52)	(82)
Variação cambial	(236)	(219)	(34)	(80)
	(5.379)	(12.711)	(15.875)	(27.726)
Contratos vinculados a moeda:				
Contratos a termo	6.532	15.718	1.671	3.915
Contratos vinculados a dívida:				
Swap		(664)		
Efeito líquido	1.153	2.343	(14.204)	(23.811)
Efeito nas rubricas do resultado:				
Receita bruta	7.330	8.316		
Receita financeira	2.781	3.485	5.987	11.094
Despesa financeira	(8.721)	(9.240)	(20.157)	(34.825)
Variação monetária e cambial líquida	(237)	(218)	(34)	(80)
	1.153	2.343	(14.204)	(23.811)

28.2 Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2010
Corretoras				
Natixis	4.893	1.335	4.893	1.336
New Edge	3.018		3.018	2.836
ICAP	403		403	
Prudential	708		708	(2)
	9.022	1.335	9.022	4.170

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO (CONSOLIDADO)

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, compondo três segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol; e
- (iii) Outros produtos.

No segmento de “Outros produtos” (iii) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de energia elétrica, provenientes da Companhia e da UBV, ácido ribonucléico (sal sódico), provenientes da controlada Omtex, e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil (Estado de São Paulo e Goiás).

As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes:

(a) Resultado consolidado por segmento

Trimestre findo em 31 de dezembro de 2010

	<u>Açúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Não segmentado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	196.902	172.954	20.429		390.285
Custo dos produtos vendidos	(116.709)	(128.721)	(19.150)		(264.580)
Lucro bruto	80.193	44.233	1.279		125.705
Margem bruta	40,7%	25,6%	6,3%		32,2%
Despesas com vendas	(14.920)	(3.149)	(3)		(18.072)
Demais despesas operacionais				(10.843)	(10.843)
Lucro operacional	65.273	41.084	1.276	(10.843)	96.790
Receitas (despesas) financeiras				(14.990)	(14.990)
Variações cambiais, líquidas				3.579	3.579
Lucro antes dos tributos	65.273	41.084	1.276	(22.254)	85.379
Imposto de renda e contribuição social				(15.714)	(15.714)
Lucro líquido do período	65.273	41.084	1.276	(37.968)	69.665

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trimestre findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Não segmentado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	140.854	161.617	21.686		324.157
Custo dos produtos vendidos	(82.739)	(140.395)	(15.594)		(238.728)
Lucro bruto	58.115	21.222	6.092		85.429
Margem bruta	41,3%	13,1%	28,1%		26,4%
Despesas com vendas	(10.421)	(2.646)	(130)		(13.196)
Demais despesas operacionais				(23.139)	(23.139)
Lucro operacional	47.694	18.576	5.962	(23.139)	49.094
Receitas (despesas) financeiras				(41.214)	(41.214)
Variações cambiais, líquidas				6.478	6.478
Lucro antes dos tributos	47.694	18.576	5.962	(57.875)	14.358
Imposto de renda e contribuição social				4.936	4.936
Lucro líquido do período	47.694	18.576	5.962	(52.939)	19.294

(b) Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um ano para outro.

Em 31 de dezembro de 2010

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	35.842	39.523	1.717	77.082
Estoques	181.021	170.619	6.237	357.877
Ativos biológicos	181.369	199.162		380.531
Imobilizado	1.446.872	1.303.458	38.353	2.788.683
Intangível	21.337	14.797	4	36.138
Total	1.866.441	1.727.559	46.311	3.640.311

Em 31 de março de 2010

	<u>Acúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	11.695	26.462	3.471	41.628
Estoques	33.127	64.919	7.023	105.069
Ativos biológicos	188.619	273.333		461.952
Imobilizado	1.303.604	1.698.423	40.732	3.042.759
Intangível	19.156	18.011		37.167
Total	1.556.201	2.081.148	51.226	3.688.575

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

30 RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	80.263	56.217	209.280	212.932
Mercado externo	92.528	29.765	208.365	140.467
	172.791	85.982	417.645	353.399
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(10.931)	(6.749)	(27.360)	(29.242)
	161.860	79.233	390.285	324.157

31 DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009
Aduos, Fertilizantes, Defensivos, Insumos	8.911	4.703	24.917	20.749
Cana-de-açúcar de terceiros	12.955	11.919	64.967	71.260
Combustíveis, Lubrificantes, Pneumáticos	4.371	3.504	14.822	16.538
Custos portuários	1.135	323	2.903	1.101
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	18.597	24.013	85.589	75.196
Impostos, Taxas e Contribuições	1.705	1.134	2.175	1.753
Mão de obra, Encargos, Benefícios	34.334	17.690	80.569	73.139
Outras despesas	2.913	2.230	6.923	8.198
Peças/Serviços de Manutenção	9.077	3.879	19.301	16.093
Serviços de terceiros	5.843	4.035	16.240	13.748
Gastos com transportes de terceiros	7.067	4.349	22.665	22.347
Materiais para revenda	1.700	1.587	6.252	4.371
	108.609	79.367	347.326	324.493
Ativo biológico, investimento em plantio e tratos	(17.816)	(4.512)	(37.223)	(25.219)
Imobilizado, investimentos ambientais e manutenção relevante	(14.903)	(1.977)	(22.828)	(8.678)
Varição nos estoque de produtos acabados	47.962	1.745	20.826	(18.878)
Total dos custos dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas	123.853	74.623	308.101	271.719

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	30 de dezembro de 2009
Resultado na venda de imobilizado	440	(494)	482	(1.150)
Parcelamento da Lei 11.941		(7.160)		1.856
Ganho (perda) de capital com investimentos	8.533		24.666	
Gastos com reestruturação societária	(3.429)		(11.347)	
Outros	646	525	805	(4.050)
	<u>6.190</u>	<u>(7.129)</u>	<u>14.606</u>	<u>(3.344)</u>

33 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	2.969	138	7.071	737
Resultado positivo com derivativos	2.781	5.987	3.485	11.094
Outras receitas	<u>79</u>	<u>21</u>	<u>473</u>	<u>280</u>
	<u>5.829</u>	<u>6.146</u>	<u>11.029</u>	<u>12.111</u>
Despesas financeiras				
Juros pagos e incorridos	(5.326)	(3.698)	(16.271)	(16.292)
Resultado negativo com derivativos	(8.721)	(20.157)	(9.240)	(34.825)
Outras despesas	<u>(175)</u>	<u>(545)</u>	<u>(509)</u>	<u>(2.208)</u>
	<u>(14.222)</u>	<u>(24.400)</u>	<u>(26.020)</u>	<u>(53.325)</u>
Varição cambial e monetária				
Varição cambial e monetária positiva	12.165	2.281	16.142	16.057
Varição cambial e monetária negativa	<u>(5.405)</u>	<u>(2.247)</u>	<u>(12.562)</u>	<u>(9.579)</u>
	<u>6.760</u>	<u>34</u>	<u>3.580</u>	<u>6.478</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(1.633)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(11.411)</u>	<u>(34.736)</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Numerador	31/12/2010		31/12/2009	
	Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia				
Denominador	69.665	130.413	19.139	74.498
Média ponderada do número de ações ordinárias no período - lotes de mil				
Resultado básico por ação	112.861	112.861	112.861	112.861
Lucro básico e diluído por ação (em reais)				
	0,62	1,16	0,17	0,66

(b) Diluído

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o lucro por ação.

35 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2010 são:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (*)	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	674.646	1.358.533
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	140.000	196.523
Roubo ou furto	400	2.310
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	5.500	10.387
Danos elétricos	15.824	21.963
Outras coberturas	10.200	18.322

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	69.665	130.413	19.139	74.498	69.665	130.413	19.294	76.817
Outros componentes do resultado abrangente								
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	(40.769)	(84.465)			(40.769)	(84.465)		
Total do resultado abrangente do período	<u>28.896</u>	<u>45.948</u>	<u>19.139</u>	<u>74.498</u>	<u>28.896</u>	<u>45.948</u>	<u>19.294</u>	<u>76.817</u>
Atribuível								
Acionistas da Companhia								74.498
Participação dos não controladores								<u>2.319</u>
								<u>76.817</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	172.031	342.626	85.920	225.738
Receita referente a construção de ativos próprios	36.789	60.369	14.499	41.652
Outras receitas	<u>1.650</u>	<u>3.304</u>	<u>25</u>	<u>1.127</u>
	<u>210.470</u>	<u>406.299</u>	<u>100.444</u>	<u>268.517</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(42.265)	(78.773)	(19.942)	(54.900)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	<u>(51.684)</u>	<u>(97.484)</u>	<u>(34.800)</u>	<u>(104.151)</u>
	<u>(93.949)</u>	<u>(176.257)</u>	<u>(54.742)</u>	<u>(159.051)</u>
Valor adicionado bruto	116.521	230.042	45.702	109.466
Depreciação e amortização	(30.048)	(40.690)	(10.245)	(29.680)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	<u>(8.536)</u>	<u>(45.263)</u>	<u>(12.854)</u>	<u>(37.241)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	77.937	144.089	22.603	42.545
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	37.491	80.670	30.247	101.892
Receitas financeiras	17.994	28.021	8.427	31.338
Outras	<u>7.976</u>	<u>7.648</u>	<u>12</u>	<u>70</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>141.398</u>	<u>260.428</u>	<u>61.289</u>	<u>175.845</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	19.930	38.507	10.041	30.714
Benefícios	9.453	13.934	2.905	7.267
FGTS	1.996	3.543	1.340	3.000
Honorários dos administradores	3.035	5.308	1.030	3.071
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	14.120	27.487	14	(3.486)
Estaduais	2.123	(1.594)	19	587
Municipais	12	46	2	29
Financiadores				
Juros	5.952	14.378	3.944	11.195
Aluguéis	508	604	67	131
Variações cambiais	5.405	13.674	2.247	10.521
Outras	9.199	14.128	20.541	38.318
Juros sobre capital próprio	19.558	19.558	18.331	18.331
Lucros retidos do período	<u>50.107</u>	<u>110.855</u>	<u>808</u>	<u>56.167</u>
Valor adicionado distribuído	<u>141.398</u>	<u>260.428</u>	<u>61.289</u>	<u>175.845</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2009		31/12/2009	
	Trimestre	(9 meses)	Trimestre	(9 meses)
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	417.535	1.078.934	330.258	900.527
Receita referente a construção de ativos próprios	81.693	195.738	65.480	175.549
Outras receitas	2.981	5.135	1.422	2.905
	<u>502.209</u>	<u>1.279.807</u>	<u>397.160</u>	<u>1.078.981</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(108.462)	(276.747)	(97.824)	(265.541)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(136.818)	(343.471)	(86.918)	(294.396)
Recuperação (perda) de valores ativos	(1.005)	(2.196)	(1.341)	5.030
	<u>(246.285)</u>	<u>(622.414)</u>	<u>(186.083)</u>	<u>(554.907)</u>
Valor adicionado bruto	255.924	657.393	211.077	524.074
Depreciação e amortização	(52.055)	(74.367)	(41.764)	(115.393)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	(44.972)	(184.408)	(48.452)	(133.980)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	158.897	398.618	120.861	274.701
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	27.171	94.769	28.168	191.539
Outras	22.853	24.161	(4.420)	(3.903)
Valor adicionado total a distribuir	<u>208.921</u>	<u>517.548</u>	<u>144.609</u>	<u>462.337</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	42.987	121.084	37.345	122.682
Benefícios	19.162	37.300	11.520	30.618
FGTS	4.064	10.939	3.613	10.281
Honorários dos administradores	4.122	8.341	1.903	5.675
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	24.472	68.632	1.668	47.893
Estaduais	5.507	7.481	7.830	13.520
Municipais	64	283	18	150
Menos: incentivos fiscais	(2.983)	(6.560)	(4.055)	(6.243)
Financiadores				
Juros	18.333	55.277	18.947	48.043
Aluguéis	620	874	156	346
Variações cambiais	12.562	50.451	9.579	46.159
Outras	10.346	33.033	36.791	66.396
Juros sobre capital próprio	19.558	19.558	18.331	18.331
Lucros retidos do período	50.107	110.855	808	56.167
Participação dos acionistas minoritários			155	2.319
Valor adicionado distribuído	<u>208.921</u>	<u>517.548</u>	<u>144.609</u>	<u>462.337</u>

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38 EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Acordo em projetos de serviços logísticos de armazenagem

Em 18 de janeiro de 2011, a Companhia anunciou a segunda fase do acordo em projetos de serviços logísticos de armazenagem com a Rumo Logística S.A. (“Rumo”), empresa especializada na logística de açúcar e grãos, controlada indireta da Cosan S.A. Indústria e Comércio.

O contrato tem início na safra 11/12 com vencimento na safra 19/20, podendo ser renovado entre as partes. O acordo proporcionará a Companhia e a Rumo a prestação de serviços de transbordo e armazenagem para açúcar de terceiros no terminal, bem como o transporte pela Rumo de até 650.000 toneladas de açúcar para a Companhia, além do volume de terceiros.

Pelo acordo, a Companhia fará investimentos em 2011 na ordem de R\$ 30.000 para construção de um armazém de açúcar e modernização do ramal de acesso na unidade de Pradópolis.

38.2 Reestruturações societárias

- A construção da planta química (SMA) mencionada na Nota 1.3 teve início em março de 2011 e está em andamento.
- Em maio de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a incorporação da subsidiária Omtek na Companhia, conforme mencionado na Nota 39 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2011.
- Em 2 de agosto de 2011, conforme comunicado ao mercado como “Fato Relevante”, as *holdings* familiares mencionadas na Nota 1.1, integralizaram suas respectivas participações societárias na Companhia para constituição de uma nova empresa *holding*, LJM Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, que passou a concentrar 56,12% de participação no capital votante da Companhia e controlá-la.

38.3 Dissolução do consórcio “ALLICOM”

Em 8 de agosto de 2011 a Companhia informou a dissolução do consórcio “ALLICOM” mencionado na Nota 1.1. Ficou decidido pelas partes que a liquidação do consórcio será conduzida pela USJ Açúcar e Alcool S.A.

Os grupos São Martinho, Santa Cruz e Nova Fronteira, em função do alinhamento estratégico de seu portfólio de produtos - unidades produtoras de etanol de larga escala e significativa produção de açúcar para o mercado externo - iniciarão parceria para comercialização conjunta de açúcar e etanol. Essa nova parceria adotará o formato societário mais eficiente para o cumprimento de seus objetivos comerciais.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

39 ADOÇÃO DOS CPCs E IFRS

39.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As informações trimestrais consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2010 estão em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas informações trimestrais consolidadas.

As informações trimestrais individuais da Controladora para o período findo em 31 de dezembro de 2010 estão em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas informações trimestrais individuais.

A data de transição é 1º de abril de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas informações trimestrais, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva dos CPCs e dos IFRSs.

39.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

(a) Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia e determinadas controladas optaram por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de abril de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 39.4(a).

(b) Isenção de combinação de negócios

A Companhia optou por não remensurar as combinações de negócio anteriores à data de transição pelo valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(c) Outras isenções não seguidas pela Companhia

- Isenção de ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos.
- Isenção das diferenças acumuladas de conversão.
- Isenção do benefício a empregados.

39.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas informações trimestrais em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.4 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs / IFRS

(a) *Deemed cost*

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação aos principais grupos de bens do ativo imobilizado Nota 14(a). Os laudos de avaliação dos bens, na data-base 1º de abril de 2009, determinaram o valor justo desses bens para a Companhia e para o Consolidado, e resultaram em mais-valias de R\$ 282.727 e R\$ 895.874, respectivamente, em relação ao valor contábil reavaliado de acordo com o BR-GAAP antigo. O aumento na Companhia e no Consolidado em 31 de março de 2010 representava R\$ 284.295 e R\$ 909.386, respectivamente.

(b) **Ativo biológico**

Os ativos biológicos da Companhia e sua controlada UBV (representados por lavouras cana-de-açúcar) eram registrados no BR GAAP antigo ao custo de formação. Os referidos custos eram classificados no grupo dos estoques, no caso dos gastos com tratamentos culturais do ano corrente, e como parte do ativo imobilizado, no caso dos gastos com o plantio (soqueira da cana-de-açúcar). Em linha com o CPC 29, a Companhia e sua controlada ajustaram, de forma retrospectiva à data de transição, seus ativos biológicos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda e reclassificaram os correspondentes valores para um grupo de conta específico no balanço patrimonial (“Ativos biológicos”).

Em 1º de abril de 2009, além das reclassificações dos estoques e do imobilizado, os ativos biológicos tiveram ajustes negativos que reduziram o correspondente valor contábil para o valor justo, nos montantes de R\$ 9.395 e R\$ 72.624 na controladora e no consolidado, respectivamente, bruto dos efeitos tributários. Os referidos ajustes iniciais tiveram contrapartida a débito da conta de prejuízos acumulados. Em 31 de março de 2010, os valores antes reconhecidos foram parcialmente realizados e o registro das novas variações para o valor justo no final do período foi contabilizado, ambos substancialmente contra o resultado do período na rubrica de “Custo dos produtos vendidos”.

(c) **Gastos pré-operacionais (baixa do Ativo diferido)**

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia e suas controladas adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesas imediatamente. Dessa forma, no Consolidado, os saldos de R\$ 42.819 e R\$ 40.177, em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010, respectivamente, bem como a amortização reconhecida durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, foram ajustados.

Os referidos ajustes foram registrados em contrapartida da conta de lucros (prejuízos) acumulados e referem-se, substancialmente, a controlada UBV.

(d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ajustes mencionados nos itens (a) “*Deemed cost*”, (b) “Ativos biológicos”, e (c) “Gastos pré-operacionais - baixa do Ativo diferido”, acima, tiveram seus correspondentes reflexos de tributos diferidos registrados à razão de 34% sobre os respectivos ajustes, em contrapartida do patrimônio líquido de 1º de abril de 2009 (prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial). Em 31 de março de 2010, os correspondentes ajustes ativos e passivos foram registrados contra o resultado do período.

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente aos reflexos dos ajustes mencionados acima, a Companhia e suas controladas registraram, em 1º de abril de 2009, os tributos diferidos sobre mais-valia da reavaliação de terras, que reduziram o patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”) da Companhia e do Consolidado nos montantes de R\$ 115.863 e R\$ 309.869, respectivamente. O BR GAAP antigo não previa o registro de tributos diferidos sobre a mais-valia de reavaliação de terras, motivo pelo qual esses ajustes tiveram que ser realizados para alinhamento à prática contábil internacional (IFRS), conforme previsto pelo ICPC 10.

39.5 Efeitos no patrimônio líquido e no resultado decorrentes da plena adoção das novas normas contábeis (CPCs/IFRS), para cada trimestre exercício corrente e comparativo:

		Controladora						
Nota	1º/04/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"								
Ajustes do IFRS/CPCs								
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	70.737	70.893	71.337	71.407	71.687	71.514	177.201
Ativos biológicos	(b)	(6.201)	(9.768)	(15.231)	(19.463)	(22.285)	(23.738)	(28.577)
Equivalência sobre os ajustes		143.589	150.196	158.300	158.370	169.234	162.144	77.658
Patrimônio líquido em IFRS		1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.927.447
Consolidado								
Nota	1º/04/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"								
Ajustes do IFRS/CPCs								
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	281.408	282.478	285.171	286.777	289.645	290.599	291.563
Ativos biológicos	(b)	(46.295)	(44.597)	(44.635)	(48.131)	(43.154)	(54.442)	(49.285)
Baixa o Ativo diferido	(c)	(25.487)	(25.100)	(24.711)	(26.954)	(26.518)	(24.982)	(14.782)
Patrimônio líquido em IFRS, excluindo a participação de acionistas não controladores		1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.927.447
Participação dos acionistas não controladores		(4.410)	(4.650)	(5.013)				
Patrimônio líquido em IFRS		1.780.417	1.812.239	1.835.169	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.927.447
		Controladora						
Nota	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	
Lucro líquido em "BR GAAP antigo"								
Ajustes do IFRS/CPCs								
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	
Ativos biológicos	(b)	1.700	(37)	(3.499)	4.978	(5.261)	(6.026)	
Baixa o Ativo diferido	(c)	429	429	(2.202)	477	810	807	
Lucro líquido em IFRS		32.065	23.294	19.139	29.181	19.072	69.665	
		Consolidado						
Nota	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	
Lucro líquido em "BR GAAP antigo", incluindo a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável								
Ajustes do IFRS/CPCs								
Custo atribuído (<i>Deemed cost</i>)	(a)	1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	
Ativos biológicos	(b)	1.411	(450)	(3.675)	4.978	(5.261)	(6.027)	
Baixa o Ativo diferido	(c)	436	436	(2.227)	436	769	767	
Lucro líquido em IFRS		33.519	24.004	19.294	29.181	19.072	69.665	
		*	*	*				